

TRIBUNA BANCÁRIA

Jornal do Sindicato dos Bancários do Ceará – Fortaleza, 2 a 7 de julho de 2012 – www.bancariosce.org.br

CUT

CONTRAF[®]
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

Fetrafi/NE
DIÉESE

Nº 1244

Artigo

Ao contrário do que diz a mídia, a Rio+20 não é um fracasso

É no mínimo precipitada a avaliação corrente entre ambientalistas e órgãos de imprensa de que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20 – “fracassou”. A base para essa sentença é o texto a ser ratificado pelos representantes dos 193 países presentes ao evento. Se a métrica for o documento final, os resultados da Eco-92 também foram pífios.

No entanto, a Rio+20 é muito mais do que suas resoluções. Foram seis mil eventos com a participação de quase cem mil pessoas de várias partes do mundo em iniciativas das mais diversificadas. A conferência comportou fóruns governamentais, parlamentares, empresariais, de movimentos sociais e de entidades privadas, como ONGs. Raros eventos de escala planetária comportam tamanha pluralidade de agentes em seu interior.

Totalizante e vago – Mesmo a última versão do documento final, intitulado “O futuro que queremos”, não pode ser avaliado secamente como “avanço” ou “retrocesso”. O documento da Rio+20 busca relacionar e contextualizar a questão ambiental aos temas das desigualdades sociais e das diferenças econômicas entre países.

Os problemas do texto são de outra ordem. Ele é longo – 49 páginas – abrangente e genérico. Aponta diversos problemas estruturais no modelo de desenvolvimento predatório existente, mas sem definir responsáveis ou ações claras para suas soluções. Existem razões para isso. Os Estados Unidos e alguns países da União Europeia admitiram a menção de problemas, mas bloquearam seu comprometimento com ações concretas para sua superação.

Desigualdades sociais – As linhas iniciais do texto destacam que “Erradicar a pobreza é o grande desafio global colocado para o mundo atual e um pressuposto indispensável para o desenvolvimento sustentável. Para isso, teremos de libertar a humanidade da pobreza e da fome com urgência”. Mais adiante, é dito que o desenvolvimento sustentável se dará através da integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Ao longo de todas as páginas fica claro que desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico, e que a redução das desigualdades sociais é matriz essencial para o chamado desenvolvimento sustentável.

Qualidade da crítica – As críticas ao documento parecem não levar em conta a hierarquia entre países existente no mundo. Apesar da emergência de novos pólos de luta política e social nos últimos quinze anos – em especial na América Latina – a hegemonia estadunidense segue determinante no jogo pesado das relações internacionais. Não se trata apenas da “vontade política” deste ou daquele governante, mas de se ter condições de enfrentamento com uma potência imperial e com o poder militar-financeiro e midiático das grandes corporações globais. “O futuro que queremos” não pode ser julgado apenas pela métrica dos desejos de quem quer estabelecer limites à devastação ambiental que se combinam com o desenvolvimento dos países. Deve-se levar em conta a realidade objetiva da cena mundial.

Gilberto Maringoni – Jornalista e historiador

Sindicato à frente da luta em defesa dos bancários



Foto: Drawlio Joca

AGORA É LEI – De iniciativa do Sindicato dos Bancários do Ceará, o Estatuto de Segurança

Bancária foi aprovado por unanimidade pela Câmara dos Vereadores e sancionado no dia 25/6, pela Prefeita de Fortaleza e virou a lei nº 9.910 sendo publicada no Diário Oficial do Município de 25 de junho de 2012 (pág. 3)



Foto: Drawlio Joca

BANCO DO BRASIL – No dia 27/6, o Sindicato dos Bancários do Ceará realizou ato na agência do Banco do Brasil de Messejana para denunciar a prática disseminada de assédio moral na unidade, onde mais de 40% sofrem constrangimento, segundo estudo encomendado pelo Sindicato (pág. 5)



BANCO DO NORDESTE

– Contraf-CUT e Sindicato entregam na Secretaria Geral da Presidência da República, em Brasília, documento pedindo o afastamento de todos os diretores do BNB envolvidos em irregularidades, como também o fortalecimento do banco público (pág. 6)

- Sindicato denuncia problemas na atuação dos correspondentes bancários da Caixa, no Estado (pág. 2)
- Bradesco frustra bancários na negociação sobre saúde em mesa permanente e fará nova reunião esta semana (pág. 4)
- O Itaú divulgou as regras, critérios e prazos para a concessão do auxílio-educação, sem ouvir os bancários (pág. 4)
- Bancários retomam Mesa Temática sobre a Saúde com Fenaban: houve avanços, mas o debate continua (pág. 4)

Caixa Econômica

Sindicato denuncia atuação irregular de correspondentes bancários dentro da CEF

O Sindicato dos Bancários do Ceará denuncia a existência de diversos problemas na atuação dos correspondentes bancários da Caixa Econômica Federal (CEF) no Estado. Procedimentos referentes ao financiamento imobiliário desobedecem claramente às normas do banco e expõem o bancário a alguns riscos. Segundo o diretor do Sindicato e presidente da APCEF/CE, Áureo Júnior, em diversas agências do Ceará é possível encontrar correspondentes bancários atuando nas dependências do banco.

"Pelo contrato, a relação entre o banco e o correspondente deve ser do balcão para fora. O que temos percebido são os correspondentes no ambiente interno das unidades da Caixa, que deve ser preenchido somente por empregados do banco. Isso não acontece em outros estados, mas aqui virou corriqueiro. Já fiz reuniões nos ambientes internos da agência com a presença de correspondentes", denuncia o dirigente sindical.

Outro problema identificado é o grau de controle dos procedimentos que as empresas contratadas estão adquirindo. "Nós temos percebido vários vícios que quebram, inclusive, o contrato estabelecido e dão certa independência à empresa. Isso pode criar problemas futuros, como a criação de informações fictícias sobre a renda do cliente que está adquirindo o financiamento, por exemplo", afirma Áureo Júnior.

O diretor explica que isso expõe o bancário a alguns riscos. Se o



bancário receber informações erradas do correspondente sobre um procedimento e der o aval para o financiamento, forma-se o risco. "Mais tarde, se tiver algum problema com aquele financiamento, o bancário vai ser responsabilizado", alerta Áureo.

Áureo Júnior aponta ainda outro "vício": empregados da Caixa, mesmo gerentes gerais, possuem relações estreitas com correspondentes bancários. Segundo o diretor, são vários empregados nesta condição, inclusive, alguns são parentes e amigos de donos ou sócios de empresas contratadas pelo banco. "Isso é muito preocupante. Ao mesmo tempo em que ele é gerente geral da agência, tendo que defender os interesses do banco, ele é também a figura que se relaciona de forma comercial com o

banco, prestando serviços. Não faz sentido um negócio desses".

O movimento sindical defende que a montagem e o controle absoluto dos procedimentos de crédito imobiliário sejam da Caixa. O Sindicato enxerga que esse know-how aos poucos está sendo perdido e exige que as operações sejam feitas nas unidades da Caixa, por funcionários da Caixa.

Correspondente bancário: é um mecanismo utilizado para que o banco dê conta do grande volume de serviços que incorpora. A rede lotérica é um exemplo. Na Caixa, existem os correspondentes bancários imobiliários, que são empresas contratadas pelo banco e que montam o processo para o financiamento habitacional.

TRT-MG

Prestadora de serviços consegue mesmos direitos de empregados do Banco do Brasil

Dando razão ao recurso de uma trabalhadora, a 6ª Turma do TRT-MG declarou a nulidade da terceirização de serviços no Banco do Brasil e reconheceu à reclamante o direito à igualdade de tratamento com os empregados do banco. Para os julgadores, ficou claro que a trabalhadora desempenhava atividade que leva ao seu enquadramento na categoria dos bancários, ainda que, no caso, o vínculo não possa ser reconhecido, já que o réu é integrante da Administração Pública.

A juíza de 1º Grau havia julgado improcedentes os pedidos baseados na isonomia salarial, ao fundamento de que a reclamante sempre prestou serviços ligados à atividade-méio do banco. Mas a relatora, juíza convocada Maria Cristina Diniz Caixeta, não concordou com esse posicionamento, entendendo que os serviços desempenhados pela trabalhadora eram, sim, tipicamente bancários. Conforme esclareceu a magistrada, ela foi contratada para prestar serviços de correspondente bancário. Os depoimentos do representante da empresa e de testemunhas revelaram que ela captava clientes, lidava com o sistema do banco e acessava documentos sigilosos. Além disso, propunha negócios,

vendia produtos, fazia empréstimos e abria contas.

Na visão da julgadora, as atividades inserem-se na dinâmica empresarial do Banco do Brasil e, por isso, não poderiam ser terceirizadas. O fato de o banco ter proibido o trabalho de terceirizados dentro de seus estabelecimentos não descharacteriza a natureza bancária da atividade, apenas demonstrando que tentou ocultar a fraude. A relatora destacou que as instituições financeiras vêm buscando várias formas de terceirizar atividade-fim para aumentar a eficiência no atendimento e reduzir custos. Para ela, o caso seria até mesmo de declarar o vínculo. Contudo, isso não pode ser feito por expressa proibição do artigo 37, inciso II, da Constituição. "Se a autora desempenhou atividade bancária, tem direito de ser enquadrada nessa categoria. A simples exigência de concurso público não altera essa realidade, apenas constitui óbice às anotações do contrato de trabalho diretamente com o Banco do Brasil", destacou no voto.

Ainda conforme ponderou a relatora, os envolvidos na fraude não podem se beneficiar da própria torpeza. Não garantir à trabalhadora as vantagens típicas dos bancários contraria os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana,

do valor social do trabalho e da isonomia. A magistrada adotou o entendimento firmado na Orientação Jurisprudencial 383 da SDI-1 do TST. Segundo a OJ, a contratação irregular de trabalhador por empresa interposta não é capaz de gerar o vínculo de emprego com ente da Administração Pública. Mas, pelo princípio da isonomia, os empregados terceirizados que exercem as mesmas funções terão direito de receber as verbas trabalhistas asseguradas aos contratados pelo tomador dos serviços. A OJ faz referência ao artigo 12, a, da Lei nº 6.019/74, que prevê que o trabalhador temporário tem direito à remuneração equivalente à percebida pelos empregados de mesma categoria da empresa tomadora ou cliente.

Com esses fundamentos, a magistrada reformou a sentença para declarar a nulidade da terceirização e reconhecer a isonomia de tratamento com os empregados do Banco do Brasil. Foi determinada a remessa do processo à origem para novo julgamento, fixando-se que, diante da fraude constatada, os reclamados ficarão solidariamente responsáveis pelas eventuais verbas a serem concedidas à trabalhadora.

DICA CULTURAL

Exposição presta homenagem aos 100 anos de Luiz Gonzaga

A exposição "O Imaginário do Rei – Visões sobre o universo de Luiz Gonzaga" está aberta à visitação no Memorial da Cultura Cearense, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. A mostra tem curadoria de Bené Fonteles e fica em cartaz até o dia 18 de agosto.

Esta exposição é uma homenagem coletiva de artistas de todas as regiões do País dentro das comemorações do Ano Luiz Gonzaga com uma rica e diversificada iconografia sobre a vida e obra de Gonzagão. A exposição reúne além das obras de arte criadas – quase todas especialmente para a mostra – em várias técnicas e linguagens de expressão – fotografias, livros, CDs e quatro filmes que serão exibidos na exposição.

O Imaginário do Rei tem a participação de sete gravadores em xilogravura do Ceará como Francisco de Almeida, João Pedro do Juazeiro, Francorli & Carmem, José Lourenço, Arievaldo Viana e Cícero Lourenço que também ilustraram o livro, além dos escultores em madeira como DIN e Cícero Araaes, de Juazeiro do Norte; Liara Leite, do Eusébio, com esculturas em cerâmica e as roupas de Seu Expedito Seleiro, de Nova Olinda, que fazia as indumentárias de couro para os shows de Gonzagão. Terá também a participação especial dos multi-artistas Narcélio Grud e Tércio Araripe de Fortaleza com instrumentos musicais criados especialmente para a mostra.

A exposição tem ainda a participação do fotógrafo Gustavo Moura com um grande ensaio sobre o sertão gonzaguense, com a contribuição de vários artistas visuais. Na mostra serão projetados os filmes: Viva São João! de Andrucha Waddington, O Milagre de Santa Luzia de Sergio Roizenblitz, O Homem que Engarrava Nuvens de Lírio Ferreira e Luiz Gonzaga – A Luz dos Sertões de Rose Maria.

Para Bené Fonteles, Luiz Gonzaga é um dos cinco pilares da música popular brasileira ao lado de Pixinguinha, Noel Rosa, Dorival Caymmi e Tom Jobim que recriou a música nordestina junto com seus parceiros e a colocou numa dimensão brasileira e universal.

SERVIÇO:

Imaginário do Rei – Visões sobre o universo de Luiz Gonzaga
Salas 1 e 2 do Memorial da Cultura Cearense – Centro Dragão do Mar
Terças e quintas, de 9h às 19h; sextas, sábados, domingos e feriados, de 14h às 21h.



o sertão gonzaguense, com a contribuição de vários artistas visuais.

Na mostra serão projetados os filmes: Viva São João! de Andrucha Waddington, O Milagre de Santa Luzia de Sergio Roizenblitz, O Homem que Engarrava Nuvens de Lírio Ferreira e Luiz Gonzaga – A Luz dos Sertões de Rose Maria.

Para Bené Fonteles, Luiz Gonzaga é um dos cinco pilares da música popular brasileira ao lado de Pixinguinha, Noel Rosa, Dorival Caymmi e Tom Jobim que recriou a música nordestina junto com seus parceiros e a colocou numa dimensão brasileira e universal.

curta a nossa fan page

facebook

www.facebook.com/seebce

SEGURANÇA

Empresas lançam caixa eletrônico resistente à dinamite

Com o aumento dos roubos de caixas eletrônicos, as empresas que fabricam esses terminais resolveram investir em um aparelho resistente à dinamite. A Diebold, fabricante desses caixas, e a TecBan, que administra a rede Banco24Horas, apresentaram na quarta-feira (20/6) o ATM Seguro, projeto que vem sendo desenvolvido há 12 meses e que chega ao mercado em outubro.

Por fora, o terminal eletrônico não tem nenhuma diferença em comparação a um caixa tradicional. Mas o produto teve mudanças internas e mesmo com explosão de dinamites, a caixa onde fica o dinheiro não é destruída. Além disso, as notas vão ficar manchadas. "O objetivo é desencorajar os bandidos, já que eles não vão conseguir abrir a caixa com as notas e elas sempre vão ficar manchadas", disse o diretor de Marketing e Vendas da Diebold,

Carlos Benedetto. A tinta que mancha as notas não sai nem com água nem com solventes.

O projeto custou US\$ 1 milhão. O executivo conta que o desenvolvimento do terminal levou em conta os conceitos da física, como a teoria da dissipação de energia produzida no momento da explosão. Em um caixa tradicional, a porta do terminal sempre é a primeira a explodir e os ladrões têm acesso ao cofre onde está o dinheiro. Agora, as ondas são direcionadas para o topo do terminal. O cofre onde fica o dinheiro também é resistente a outras técnicas usadas pelos bandidos, como maçaricos e furadeiras. O Brasil tem atualmente 180 mil caixas eletrônicos.

O produto foi apresentado durante o Ciab, o congresso de tecnologia bancária promovido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Sancionado Estatuto de Segurança Bancária concebido pelo Sindicato

Foto: Drawlio Joca



A prefeita de Fortaleza, Lianne Lins, sancionou, no final da tarde de segunda-feira, 25/6, o Estatuto Municipal de Segurança Bancária (publicado no Diário Oficial do Município nº 14.819, lei nº 9.910, de 25 de junho de 2012). O projeto, de iniciativa do Sindicato dos Bancários do Ceará, regulamenta normas de segurança e consolida leis já existentes que os bancos deverão adotar para dar mais segurança aos bancários, vigilantes e população. A reunião contou ainda com a participação do presidente da Câmara Municipal, Acrísio Sena (PT). O projeto havia sido aprovado pela CMF no último dia 6/6 por unanimidade e a prefeita sancionou o Estatuto sem vetos.

“Faço isso com muita tranquilidade. Sei que depois vão pesar pressões, mas estou sancionando essa lei e os bancos vão ter que se adequar no prazo legal”, disse a prefeita.

Luizianne parabenizou a iniciativa do Sindicato e afirmou que, com a sanção da lei, ganham todos, trabalhadores e sociedade. "Todos somos vulneráveis porque uma hora ou outra todo temos que ir ao banco". Ela enfatizou ainda o fato de este ser o primeiro estatuto de segurança sancionado no País. "Isso é muito importante, pois estamos mostrando que, se aqui, a lei poderá ser aplicada, ela também poderá ser feita em todo o Brasil".

Os bancos de Fortaleza terão um prazo de 120 dias para se adequar às leis do Estatuto. O descumprimento das regras pode levar a multa de R\$ 100 mil na primeira infração. E em caso de reincidência, a segunda multa será de R\$ 200 mil. Caberá ao Município e à Secretaria de Defesa do Consumidor (Procon)

fazer a fiscalização.

Legislação cabe aos municípios – O presidente da Câmara, Acrísio Sena, ressaltou que, de acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal, cabe aos municípios a competência da legislação bancária. “Queremos agradecer à diretoria do Sindicato dos Bancários, que numa parceria com a Câmara e a Prefeitura Municipal de Fortaleza, dá essa contribuição para a nossa capital mostrando uma preocupação que a vida das pessoas está acima do lucro”, destaca.

“Esse é um instrumento efetivo de combate à criminalidade que tem afetado bancários, vigilantes, clientes que precisam ir ao banco, além de cobrar a responsabilidade efetiva dos bancos, consolidando toda a legislação e passando a ser um modelo para que outros municípios do Brasil possam também cobrar dos bancos a proteção à vida”, afirmou presidente do Sindicato dos Bancários, Carlos Eduardo Bezerra.

Campanha Banco Legal é Banco Seguro – O Sindicato deve encampar agora, durante os quatro meses previstos pelo Estatuto de Segurança para adequação à lei, uma campanha educativa para municiar a população de informações necessárias à identificação e ao cumprimento da lei. O Sindicato fará ainda uma peregrinação em todas as câmaras municipais em todos os municípios do Ceará levando o Estatuto, além de apresentá-lo como modelo na Conferência Nacional dos Bancários, que acontece em julho. “Queremos que esse Estatuto se torne uma grande onda dos trabalhadores

e da população por mais segurança”, disse Carlos Eduardo. “A partir de agora, é fazer cumprir a lei”, conclui.

O QUE DIZ A LEI

- O Estatuto Municipal de Segurança Bancária consolida a legislação municipal sobre as regras de segurança nos estabelecimentos bancários e financeiros da Capital. O documento estabelece que todas as agências bancárias deverão dispor

Brasil terá decretos disponibilizados para a instalação de portas eletrônicas, vidros resistentes a impactos e a disparos de armas de fogo de grosso calibre, sistema de monitoração e gravação eletrônica em tempo real, divisórias e biombos nos caixas das agências e no auto-atendimento, coletes à prova de bala (Nível 3) para os vigilantes que também deverão portar arma de fogo e arma não letal autorizada, além da instalação de assento apropriado para os profissionais e escudo de protecção.

O Estatuto também prevê vigilantes na área de auto-aten-dimento e veda ainda o uso de capacetes e outros acessórios

Saiba como foram os encaminhamentos do Estatuto até virar lei

- 17/08/11 – Sindicato entrega projeto de lei sobre segurança bancária na Câmara Municipal de Fortaleza;
- 22/03/12 – Sindicato propõe em reunião na Câmara a consolidação das leis municipais já existentes num só documento;
- 27/03/12 – Reunião na Procuradoria Geral do Município (PGM), com a presença do Sindicato e do presidente da Câmara, Acrísio Sena, para debater o PL;
- 24/04/12 – Sindicato debate PL com vereadores e Acrísio assume compromisso de pôr o PL em votação ainda no 1º semestre;
- 14/05/12 – Audiência Pública convocada pela Câmara para debater PL com a sociedade. O evento aconteceu no auditório da Adufc;
- 06/06/12 – Câmara Municipal aprova projeto de lei do Estatuto por unanimidade;
- 14/06/12 – Entrega do PL no gabinete da prefeita Luizianne Lins, para sanção;
- 25/06/12 – Projeto é sancionado pela prefeita;
- 26/06/12 – Lei é publicada no Diário Oficial do Município, sob o nº 9.910/2012.

Saiba como foram os encaminhamentos do Estatuto até virar lei

- 17/08/11 – Sindicato entrega projeto de lei sobre segurança bancária na Câmara Municipal de Fortaleza;
 - 22/03/12 – Sindicato propõe em reunião na Câmara a consolidação das leis municipais já existentes num só documento;
 - 27/03/12 – Reunião na Procuradoria Geral do Município (PGM), com a presença do Sindicato e do presidente da Câmara, Acrísio Sena, para debater o PL;
 - 24/04/12 – Sindicato debate PL com vereadores e Acrísio assume compromisso de pôr o PL em votação ainda no 1º semestre;
 - 14/05/12 – Audiência Pública convocada pela Câmara para debater PL com a sociedade. O evento aconteceu no auditório da Adufc;
 - 06/06/12 – Câmara Municipal aprova projeto de lei do Estatuto por unanimidade;
 - 14/06/12 – Entrega do PL no gabinete da prefeita Luizianne Lins, para sanção;
 - 25/06/12 – Projeto é sancionado pela prefeita;
 - 26/06/12 – Lei é publicada no Diário Oficial do Município, sob o nº 9.910/2012.

Estatuto trará mais segurança ao cidadão e aos trabalhadores



O Estatuto Municipal de Segurança Bancária, sancionado pela prefeita Luizianne Lins, é uma conquista da população do município de Fortaleza e dos trabalhadores bancários e vigilantes, garantindo mais segurança, mais privacidade e melhorando o atendimento nos bancos.

O Estatuto, cuja proposta elaborada pelo Sindicato dos Bancários do Ceará virou projeto de lei na Câmara Municipal, é a medida adequada para inibir a atuação dos criminosos e exigir a responsabilidade dos bancos, além de reforçar a atuação dos governos municipais.

A nova lei atinge diretamente o setor que mais lucra neste País, o setor financeiro, mas que argumenta, inverdadicamente, não ter condições de investir na segurança do cidadão. Agora, será exigindo dos bancos que garantam melhoria no atendimento à população, clientes e usuários, dando mais privacidade, segurança e, como consequência, dando uma condição de trabalho mais adequada aos trabalhadores bancários e vigilantes.

vigilantes.

A lei federal 7.102, de 1983, que regula equipamentos de segurança e a lei estadual 14.961, de 2011, que também estabelece medidas de segurança nos bancos, têm sido regularmente descumpridas insistentemente pelos bancos.

Entretanto, o que o Estatuto do Segurança Bancária do Município de Fortaleza tem de novo, o que o torna inédito e de suma importância social, é exatamente porque além de estabelecer os equipamentos de segurança que garantem melhoria no acesso às instituições financeiras, monitoramento, também estabelece pesadas sanções, adequadas ao porte econômico das instituições financeiras. São multas rigorosas, de R\$ 100 mil, que na reincidência sobem para R\$ 200 mil. E além disso, os bancos que insistirem na ilegalidade poderão até perder o seu alvará de funcionamento. O Estatuto garante também que novas agências bancárias só terão o alvará de funcionamento se tiverem os itens de segurança previstos na lei.

provisórios na lei.

Com esse rigor e essas inovações e garantias à vida do cidadão e do trabalhador, o Estatuto Municipal de Segurança Bancária é, com certeza, um instrumento de segurança à população.

**Carlos Eduardo Bezerra Marques
Presidente do Sindicato dos
Bancários do Ceará**

Mobilização continua

Bradesco mais uma vez frustra bancários na negociação sobre saúde

A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomaram na, quarta-feira (27) o processo de negociação permanente com o Bradesco, cujos temas foram o Saúde do Bradesco e o plano odontológico. Mais uma vez, o banco frustrou a expectativa dos bancários. O Bradesco não apresentou proposta concreta sobre as questões do seguro saúde médico e odontológico dos funcionários. O banco afirmou que está estruturando uma proposta e deve chamar nova reunião na próxima semana.

Para os dirigentes sindicais, o tema é de extrema importância e exige urgência do banco. Conforme a Resolução Normativa (RN) 254 da Agência Nacional de Saúde (ANS), a partir do dia 4 de agosto, o Bradesco não poderá mais incluir novos funcionários na apólice de saúde vigente. Criada em 1989, essa apólice está defasada em atendimentos como psicológico, psiquiátrico e fonoaudiólogo.

Caso o banco não se comprometa a fazer adaptação ou migração para as novas normas, ele terá que abrir uma nova apólice para receber os novos funcionários, o que acabará

gerando diferenciação de atendimento entre novos e antigos funcionários.

“Nossa expectativa é que o banco apresente propostas que venham resolver o problema de forma definitiva, essa questão que é uma reivindicação antiga da categoria, sobre a ampliação do rol de atendimento de especialidades não contempladas na atual apólice”, afirma Telmo Nunes, diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará.

Inclusão de pais e mães no plano de saúde – Outro ponto de destaque diz respeito à inclusão de pais e mães no plano de Saúde. Mas o banco reafirmou que essa possibilidade está fora de cogitação. “Isso é um absurdo, pois muitos funcionários possuem seus pais como seus dependentes econômicos, comprometendo o seu salário com o pagamento de planos de mercado”, critica Telmo.

ITAÚ UNIBANCO

Banco anuncia regras para auxílio-educação

De forma unilateral, o Itaú divulgou as regras, critérios e prazos para a concessão do auxílio-educação, sem levar em conta as reivindicações dos bancários. Ao todo o banco disponibilizará 3.500 bolsas de estudo para primeira graduação aos funcionários em todo o País, no valor individual de 70% da mensalidade, limitado a R\$ 320,00, em até 11 parcelas ao ano.

Os bancários vinham discutindo com o banco o auxílio-educação e a reivindicação era o aumento do número de bolsas mas, ao contrário, o Itaú manteve a mesma quantidade do período passado. Outras duas demandas dos trabalhadores também não foram atendidas: a extensão para cursos de pós-graduação e o aumento do valor de cada bolsa.

Os funcionários do Itaú podem obter mais informações sobre os critérios para a concessão das bolsas na intranet do banco. Os



valores serão pagos retroativamente a janeiro. “Ainda esperamos alterar as regras do auxílio-educação nas negociações com o banco,

que abrangem também o PCR do Itaú”, destaca Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará.

Foto: Drawlio Joca



NEGOCIAÇÃO

Contraf avança na avaliação do PCMSO com Fenaban na Mesa Temática sobre Saúde

A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomaram com a Fenaban no dia 26/6, a Mesa Temática sobre a Saúde do Trabalhador, em São Paulo. Houve avanços no principal ponto de pauta que trata da avaliação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), embora o debate apenas tenha começado.

“Uma das nossas propostas é a elaboração de um formulário em conjunto, entre bancos e bancários, para a avaliação do programa pelos trabalhadores no momento da realização dos exames previstos no PCMSO. A proposta foi aceita pelos bancos e deve ser retomada na próxima mesa temática para maiores detalhamentos”, explica Walcir Previtale, secretário da Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT.

No entanto, adverte o dirigente sindical, os bancos não aceitaram que uma cópia deste formulário seja entregue aos sindicatos. “Este debate deve continuar. Vamos insistir em um mecanismo de avaliação do PCMSO que seja implementado de comum acordo entre as partes. Queremos analisar os processos e os procedimentos utilizados nos exames, tendo em vista o melhoramento dos serviços. Estamos preocupados com a prevenção de doenças e acidentes

do trabalho e com a promoção da saúde”, explica Walcir.

Sipat – Os representantes sindicais apresentaram duas reivindicações em relação à Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat). A primeira delas é em relação à participação do movimento sindical na elaboração do conteúdo das Sipat's e, de acordo com esse conteúdo, destinar um dia para apresentação das teses do movimento sindical aos trabalhadores. A Fenaban não concordou. O segundo ponto, aceito pelos bancos, é que o conteúdo programático das Sipat's seja destinado para as unidades onde não há Cipa's constituídas.

PRP – Como a cláusula 43ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que prevê o Programa de Reabilitação Profissional (PRP), não é obrigatória, o movimento sindical reivindica que os bancos façam adesão. Ficou definido entre as partes que o processo negocial para implementação dessa cláusula se dará banco a banco.

Debate continua em julho – A próxima mesa temática deve acontecer até meados de julho. Na ocasião voltam como pontos de pauta a Sipat e o PCMSO.

ELEIÇÕES

Sindicato realiza pleito para renovação da sua diretoria

Nos próximos dias 3, 4 e 5/7 (terça, quarta e quinta-feira), o Sindicato dos Bancários do Ceará realiza eleições para renovação da sua diretoria (diretoria executiva, conselho fiscal e conselho de diretores regionais) para o triênio 2012-2015. Duas chapas concorrem ao pleito.

Serão disponibilizadas urnas fixas e itinerantes na Capital e Inter-

rior. Na sede da entidade, uma urna receberá o voto dos bancários no horário das 8h às 20h e nos demais locais de votação, o horário será das 8h às 18h.

A posse do novo sistema direutivo do Sindicato se dará no dia 28 de agosto.

Participe desse processo democrático!



Siga o Sindicato dos Bancários no
twitter
@SEEBCE

APOSENTADORIA

Fim do fator previdenciário deve ser votado em até dois meses na Câmara

A Câmara dos Deputados deve votar o projeto sobre o fim do fator previdenciário em até dois meses, segundo informou na quarta-feira (27/6) o líder do governo na Câmara, deputado federal Arlindo Chinaglia (PT/SP), após reunião com os ministros da Fazenda, Guido Mantega; da Previdência, Garibaldi Alves; e de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

“Minha tarefa foi mostrar para os ministros e para a ministra, que os líderes da base manifestaram-se favoravelmente à aprovação da matéria”, disse. Os parlamentares querem votar o substitutivo do então deputado Pepe Vargas (PT/RS), hoje ministro do Desenvolvimento

Agrário, que estabelece que o trabalhador não terá perdas ao se aposentar quando o somatório da idade e do tempo de contribuição for de 95 anos e 85 anos, para homens e mulheres, respectivamente.

Segundo Chinaglia, os ministros ainda estão analisando a proposta. Por esse motivo, uma nova reunião ocorrerá no próximo dia 10 de julho.

“O governo levantou números e implicações, por isso nos reuniremos novamente. Além disso, [o governo] negocia com centrais sindicais, isso é ótimo, mas agora vai ter que negociar com sua própria base. [O tema] Está pautado e será votado”, comentou.

Manifestação

Fotos: Drawlio Joca



Sindicato denuncia: mais de 40% dos funcionários sofrem assédio moral no BB de Messejana

Na quarta-feira, dia 27/6, o Sindicato dos Bancários do Ceará realizou ato na agência do Banco do Brasil de Messejana para denunciar a prática disseminada de assédio moral no local. O Sindicato irá formalizar a denúncia à Superintendência do banco e ao Ministério Público para que o quadro seja revertido. Um estudo encomendado pelo Sindicato comprovou as denúncias e apontou que mais de 40% dos funcionários da agência relatam humilhações e agressões pelo menos uma vez por semana do seu superior imediato. O protesto contou com a presença de diretores do SEEB/CE e integrantes do movimento sindical nacional.

Há mais de um ano, o Sindicato apura e acumula denúncias de assédio moral na agência, mas os órgãos responsáveis pela questão não cumpriram o seu papel. "O Banco do Brasil, na figura do órgão da Gestão de Pessoas, da Superintendência de Varejo, da Diretoria de Varejo, da Gerência Regional de Varejo e da Gerência da própria agência não tiveram a capacidade, a competência e a habilidade de resolver o problema e garantir um ambiente saudável nas relações com o seu funcionalismo. O cotidiano do bancário aqui é o cotidiano da tarja preta, do adoecimento, da humilhação e do desrespeito", denuncia Carlos Eduardo Bezerra, presidente do SEEB/CE.

Diante da gravidade da situação, o Sindicato encomendou uma pesquisa com a professora Regina Maciel, pesquisadora da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e especialista em distúrbios emocionais relacionados



ao trabalho, como o assédio moral. O estudo comprovou as denúncias e apontou que mais de 40% dos funcionários da agência relatam humilhações e agressões pelo menos uma vez por semana do seu superior imediato.

Com o relatório da pesquisa em mãos, o Sindicato o encaminhará aos órgãos competentes da instituição. "Os funcionários do BB não podem ficar reféns dessa política extremamente deletéria, desrespeitosa e humilhante que tem assolado a sua condição de saúde, principalmente na questão emocional. Com posse desse relatório, o banco ainda pode ter a oportunidade de tomar uma medida ética e coerente com os

normativos da empresa", afirma Carlos Eduardo, acrescentando que o Sindicato também irá formalizar a denúncia junto ao Ministério Público.

O movimento sindical exige que o Banco do Brasil cumpra a lei, siga as normas internas e respeite o Acordo Coletivo de Trabalho, que garantem proteção e apuração nesses casos de assédio moral. "Estamos trazendo essa denúncia, com a presença do movimento sindical nacional e com a unidade dos bancários, para que a questão seja denunciada em Brasília, na Direção Geral do Banco do Brasil também", finaliza o presidente Carlos Eduardo.

SANTANDER

Assembleia aprova acordo aditivo e PPRS

A proposta de renovação do acordo aditivo à Convenção Coletiva apresentada pelo Santander foi aprovada em assembleia realizada no dia 22/6, em Fortaleza, e em outros sindicatos do País. Também foi aceita a proposta de acordo do Programa de Participação nos Resultados Santander (PPRS) e os Termos de Compromisso Banesprev, Cabesp e Opção de Migração ao PCS.

Avanços econômicos e sociais – O acordo, válido por dois anos traz avanços para os trabalhadores, como o aumento no PPRS, que passa dos atuais R\$ 1.500,00 para R\$ 1.600,00, este ano. No ano que vem, já está previsto o reajuste do valor pelo índice da Convenção Coletiva a ser conquistado junto à Fenaban em 2012.

Outra novidade foi o pagamento de vale-refeição e cesta-alimentação para o funcionário que utilizar a licença não remunerada de 30 dias para acompanhamento de parente de primeiro grau ou por afinidade, hospitalizado, ou com doença grave. O banco concordou, também, em ampliar de 2.300 para 2.500 o número de bolsas de estudos para primeira graduação; e incluir uma cláusula de igualdade de oportunidades.

Com o aditivo e o PPRS, serão também assinados os termos de compromisso do Banesprev e Cabesp, que preveem a manutenção das duas entidades além dos prazos fixados no edital de privatização do Banespa, bem como o termo de compromisso de opção de migração ao Plano de Cargos e Salários (PCS). Os funcionários do

Santander são os únicos entre os de bancos privados que já conquistaram um acordo aditivo.

Venda responsável de produtos – O Santander também aceitou a reivindicação do movimento sindical de assinar um documento em que se compromete com a venda responsável de produtos e serviços financeiros, nos moldes da declaração conjunta que foi firmada no ano passado no Comitê de Empresa Europeu, em Madri, a partir da campanha mundial da UNI Sindicato Global. O objetivo é acabar com pressões que os bancários sofrem no banco para vender produtos que muitas vezes os clientes não precisam.

Assinatura do aditivo – A Contraf-CUT suspendeu a assinatura do acordo coletivo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), do acordo de Programa de Participação nos Resultados Santander (PPRS) e dos termos de compromisso Banesprev, Cabesp e Opção de Migração ao PCS. O ato estava agendado para ocorrer no dia 28/6, às 14h, em São Paulo. Da mesma forma, foi cancelada a assinatura da declaração conjunta da venda responsável de produtos e serviços financeiros.

A suspensão ocorreu em função de que até então o banco ainda não ter apresentado a redação final das cláusulas do aditivo e dos demais documentos, conforme foi definido na última rodada de negociação. Nova data será agendada quando o Santander concluir as redações na forma como foi negociado com as entidades sindicais.



RECLAMAÇÕES

Banco do Brasil e Caixa lideram reclamações do BC no mês de maio

Os estatais Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil foram as instituições financeiras mais reclamadas por clientes entre os grandes bancos brasileiros em maio, informou na sexta-feira, 15/6 o Banco Central. Segundo a autoridade monetária, foram computadas 260 reclamações procedentes contra a Caixa no mês passado, ao passo que o BB foi alvo de 240 demandas no período. Bradesco, Itaú Unibanco e Santander Brasil apareceram nas posições seguintes, com 212, 166 e 117 reclamações, respectivamente, informou o BC sobre bancos com mais de um milhão de clientes.

Assuntos relacionados à prestação irregular do serviço de conta salário foram os maiores motivos de reclamações, com 244 ocorrências, seguidos por débitos não autorizados em conta (217) e cobrança irregular de serviços não contratados (201). Em abril, os bancos estatais iniciaram uma campanha de cortes agressivos em taxas de juros em várias linhas de crédito, especialmente nas dirigidas a clientes com maior relacionamento com as

instituições, incluindo o de receber salários no banco.

Juros em queda – A Caixa Econômica Federal reduziu a taxa da operação BNDES Progeren, linha de crédito para capital de giro voltada a empresas. Para as micro e pequenas empresas, a taxa mínima do produto cai de 0,89% para 0,62% ao mês, enquanto a máxima sai de 1,17% para 0,91%. Dessa forma, a Caixa acompanha a redução do custo da operação comunicada pelo BNDES recentemente.

O Programa BNDES Progeren é destinado ao aumento da produção, do emprego e da massa salarial das empresas, por meio do apoio financeiro, na forma de capital de giro. As contratações podem ser realizadas com prazo de até 36 meses, incluído o prazo de carência. O produto tem como público alvo empresas do setor industrial de atividades definidas pelo BNDES. Além da redução das taxas, o BNDES também ampliou o Programa, que passa a atender outros segmentos da indústria de transformação.



Contraf-CUT e Sindicato dos Bancários entregam documento em Brasília cobrando moralidade e fortalecimento do BNB

Na quinta-feira, dia 28/6, na Secretaria Geral da Presidência da República, em Brasília, o Sindicato dos Bancários do Ceará e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT) protocolaram pedidos de fortalecimento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) como banco público importante para a região e de apuração de irregularidades e o afastamento de todos os diretores do BNB suspeitos de envolvimento no desvio de mais de 100 milhões de recursos públicos operacionalizados pelo Banco, além de outras operações ainda não divulgadas.

Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato, e Miguel Pereira, da Contraf-CUT, fizeram pessoalmente a entrega do documento ao representante do Governo, que anunciou que vai encaminhar as solicitações ao Ministério da Fazenda e à Comissão de Ética da Presidência da República, para as devidas providências. A audiência na Secretaria Geral da Presidência da República foi intermediada pela Contraf e CUT, dando prosseguimento ao requerimento encaminhado

pelo Sindicato dos Bancários do Ceará, no último dia 11/6, solicitando as providências contidas neste documento.

Privilégio – O documento serviu também para denunciar o tratamento privilegiado que os diretores remanescentes do BNB anunciam para aqueles que foram exonerados. O privilégio seria assegurar o recebimento por 12 meses da maior função comissionada paga pelo Banco aos que perderam seus cargos na Direção da Empresa. O Sindicato não aceita esse privilégio escandaloso porque foi aprovado no auge da crise dos escândalos, demonstrando que foi feito para beneficiar esses dirigentes da alta cúpula do BNB.

Para o Sindicato e a Contraf-CUT, os envolvidos nos escândalos estão sendo premiados, pois a regra interna prevê o asseguramento da função por apenas quatro meses para a maioria dos funcionários. Se for para assegurar a função por um ano, que o benefício seja estendido a todo o funcionalismo garantindo, assim, o tratamento isonômico.

OUTROS TOQUES

Solidariedade

O Banco de Leite do Hospital Infantil Albert Sabin (Hias) está precisando, com urgência, de doações para manter o estoque regular. Diariamente, são necessários 2,5l de leite materno para alimentar 34 bebês prematuros que estão internados nas UTIs da instituição. Quem puder doar pode ligar para 0800.280.4169 e receber orientações sobre a retirada do leite e os cuidados com o acondicionamento em casa. Para estocar, podem ser utilizados vidros de maionese ou café solúvel esterilizados. O leite deve ser conservado no congelador por até 10 dias. A coleta é feita gratuitamente em domicílio.

Rede Social cearense

Programador autodidata de 14 anos, Augusto Monteiro Nobre decidiu criar uma rede social: o site "Big Wold". O estudante de Morada Nova, no Vale do Jaguaribe, explica que até tentou nomear o site de "Big World", mas o domínio na Internet já existia. Ficou Wold mesmo, e 129 pessoas já entraram na rede até a semana passada. Como todo bom site do gênero, no Big Wold é possível fazer amigos, bater papo, cadastrar currículo e compartilhar músicas e vídeos – além de mandar beijo e piscada de olho.

"A crise europeia continua piorando e está deprimindo o crescimento da economia mundial.

Em vista desse cenário, o governo brasileiro está tomando medidas de estímulo à economia para podermos ampliar investimentos, para estimular a demanda, para aumentar a confiança e para acelerar o nosso crescimento".

Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre novo pacote do governo de estímulo à economia

EQUIPARAÇÃO JÁ!

Diálogo com parlamentares busca agilizar a liquidação do maior passivo trabalhista do BNB

O Sindicato dos Bancários do Ceará e a Associação dos Aposentados do BNB (AABNB) iniciaram na última sexta-feira, 29/6, um ciclo de debates envolvendo os beneficiários da ação de equiparação das funções em comissão dos funcionários do BNB às do BB e parlamentares com o objetivo de comprometer a classe política com a causa trabalhista que se arrasta na Justiça há mais de 20 anos. O ciclo foi iniciado tendo como convidado especial o senador Inácio Arruda que reafirmou a importância do BNB para a região Nordeste e comprometeu-se em lutar por um acordo justo para a ação de Equiparação. Prestigiam o debate o deputado federal Chico Lopes e o estadual Lula Moraes.

O coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB e diretor do Sindicato, Tomaz de Aquino, esclareceu de início que tão logo seja definido o novo presidente do Banco, o Sindicato irá solicitar audiência para debater a ação de Equiparação. Entretanto, alertou para a importância de ser feita uma limpeza geral na diretoria do Banco. "Se não se resolverem os problemas internos do BNB, o nosso problema referente ao passivo trabalhista também não se resolve", avalia.

O senador Inácio Arruda se comprometeu em convocar uma audiência com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para debater a situação do Banco do Nordeste. "Esse debate será respaldado pelas entidades sindicais que irão expor suas preocupações, sugestões e propostas para o fortalecimento do Banco do Nordeste", disse. "O Sindicato e a AABNB estão realizando um trabalho muito importante que é o de dar visibilidade à sociedade a um direito importante conquistado na Justiça. Agora é a hora de garantir que esses funcionários tenham o seu direito respeitado pelo Banco, que tem meios adequados de resolver esse problema", completa.

Já o deputado federal Chico Lopes também se comprometeu em realizar ações junto à Câmara para debater a situação do Banco do Nordeste. "A preocupação quanto ao BNB deve ser de todos, não só do governo

do Ceará, mas de toda a sociedade, que deve expressar sua preocupação, se mobilizar, para que seja escolhida uma pessoa séria para dirigir o Banco", disse.

O deputado estadual Lula Moraes se disponibilizou em agendar na Assembleia Legislativa uma audiência pública para se debater a ação de equiparação e a defesa do BNB.

Em julho, uma nova reunião com parlamentares e beneficiários da ação será agendada, dando continuidade ao ciclo de debates. A data será divulgada antecipadamente nos meios de comunicação do Sindicato.

Campanha de mídia – O coordenador técnico contratado pelo Sindicato para tratar da ação de Equiparação, Sousa Júnior, apresentou o cronograma da campanha Equiparação Já!, que está nas ruas: os out-doors já estão disponíveis nas principais avenidas da cidade e já foi publicado também anúncio no jornal Diário do Nordeste. Além disso, estão sendo realizadas inserções nas programações de rádio e TV do sistema Verdes Mares.

Reintegração – A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, na quarta-feira, dia 27/6, o projeto de Lei 68/2007, que trata da reintegração ao emprego de servidores do Banco do Nordeste (BNB) demitidos de março de 1995 a fevereiro de 2003, na gestão de Byron Queiroz. O projeto segue para mais duas comissões, na Câmara dos Deputados, antes de ir à votação no Plenário e à sanção da Presidente da República, Dilma Rousseff. O projeto é de autoria do senador Inácio Arruda. Foram demitidos ou forçados a pedir demissão 694 servidores nesses oito anos. "Estamos buscando corrigir essa injustiça com esse projeto de lei que acabamos de aprovar e que agora segue, dentro de 10 dias, para a Câmara para ser votado. A minha expectativa é que ele tramite rapidamente na Câmara e para isso contamos também com os deputados da base aliada, que abracem essa causa e que possa se fazer justiça a esses funcionários", concluiu o senador.



Foto: Drawlio Joca

Vitiligo

O aprimoramento da técnica do médico indiano Davinder Parsad foi apresentado durante o 14º Congresso Brasileiro de Cirurgia Dermatológica, promovido na última semana pela Sociedade Brasileira de Cirurgia

Dermatológica (SBCD), que reuniu cerca de 2.500 médicos do Brasil e convidados estrangeiros. Com o aprimoramento do transplante dos melanócitos, a área atingida fica com uma coloração mais uniforme e harmônica, depois de quatro a seis semanas. Sem contar que o procedimento é muito menos agressivo do que o tradicional.

Anticoncepcional para homens

De acordo com um estudo no The Endocrine Society's 94th Annual Meeting, um gel que pretende funcionar como anticoncepcional para homens, apresentou testes promissores em laboratórios. Segundo pesquisa, os homens que aplicaram o produto sobre a pele tiveram uma redução considerável da produção de espermatózoides. O composto combina dois hormônios para inibir essa produção: testosterona e "nestorone". Segundo os cientistas, o gel ainda precisa ser mais estudado e aprimorado, o que significa que nem tão cedo ele irá poder ser comercializado.

Mala Direta
991280326-DR/CE
SIND. DOS BANCÁRIOS

Correios
GARANTIDA
DEOLUÇAO

Outros
NÃO PROCURADO
AUSENTE
RECUSADO
DESCONHECIDO
FALECIDO
NÃO EXISTE O N° INDICADO
INFORMAÇÃO INSUFICIENTE
MUDOU-SE

Postal
REENVIA-SE AO SERVIÇO
POR RECOMENDADA
POR RECOMENDADA
POSSITAL EM /

Rúbrica:
DATA: _____